

GLOBO 2 OUT 1990

Desinformações sobre educação

FÁTIMA CUNHA FERREIRA PINTO

A década de 70 foi marcada por uma série de estudos cuja tendência, segundo Saviani, foi agrupada sob o nome de "tendência crítico-reprodutivista" em termos de correntes educacionais na história da educação brasileira.

Esses estudos tiveram por objetivo promover a denúncia sistemática à pedagogia tecnicista, mas como retratavam, também, a estreita relação da educação com os demais segmentos da sociedade, acabaram por fazer a denúncia ao sistema vigente, ao "modelo" da sociedade onde a educação estava sendo desenvolvida e trabalhada.

A crítica permanente sem interferência no processo levou-nos a um caminho pessimista e cristizador, deixando sem alternativas a mudança educacional requerida, pois ela necessitava uma transformação na própria sociedade. No cotidiano, vivíamos a expressão de "se correr o bicho pega, se ficar o bicho come", isto é, não tínhamos como avançar no sistema educacional porque o sistema social era regido por outra concepção e outra ideologia, e não tínhamos como diferenciar o sistema social, porque entre outros indicadores faltava à educação um trabalho de conscientização do povo para que ele atuasse, interferisse e transformasse a realidade social. De um lado a denúncia, de outro, a desinformação.

Observamos, porém, ainda hoje — década de 90 — profissionais de diferentes áreas ainda sendo partidários do discurso da denúncia, pouco acrescentando à argumentação da mudança, a não ser a circularidade da crítica pela crítica. Cabe-nos, como Secretária de Estado de Educação, superar este **status quo**, propiciando ao leitor informações necessárias à leitura atual, de ação educacional, nesta gestão no Governo fluminense.

A Secretaria de Educação elaborou e está executando seu plano de metas, onde sobressaem, entre outros, o Plano de Carreira para o Magistério e a organização administrativa, fazendo retornar a seu quadro não só os professores cedidos a outros órgãos como dotando as unidades de ensino de seu quantitativo necessário ao processo ensino-aprendizagem.

A escola pública sempre foi — e será — a razão precípua de um trabalho eficiente da Secretaria de Educação, comprovado não só pelas inúmeras obras efetuadas nesta rede como também na tomada de decisões

que agilizassem a autonomia daquela instituição. Trabalhamos **com e para** a escola pública, numa dimensão contextualizada, integrando o ser e o fazer, articulando os bens materiais com os valores da educação e da opção política, refletidos no desejo coletivo de melhoria da qualidade do ensino.

Preocupamo-nos com toda a rede regular de ensino, sem os protecionismos de pequenos contingentes matriculados nos Cieps; sem demagogismos ou populismos, apostamos em todos os alunos de todas as escolas públicas do Estado.

A escola não deve ser encarada como um grande refeitório ou posto de saúde; escola é para aprender e não para assumir atribuições, com que o sistema, sim, deveria arcar — esta foi uma premissa básica que precisa ser por nós informada.

É histórica em nosso país a baixa remuneração dos professores. Inúmeras vezes já nos posicionamos sobre isto, mas nossa ação mais do que a denúncia é a de promover, por todos os meios possíveis, a restauração merecida do salário dos professores. Por certo isto não será jamais benesse ou favor, mas um dever do Estado, atento ao seu planejamento e organização. Tudo está sendo feito — numa participação constante e permanente com os órgãos de classe — para que o real aproxime-se do desejado e do necessário.

O anúncio inerente a uma proposta educacional nesta década pode ser explicitado através de inúmeros trabalhos pedagógicos realizados por esta Secretaria, sempre sensível à sua tarefa político-pedagógica. Entre outros, destacamos: Projeto Ler pra Valer — resgate da cidadania, na área de alfabetização; os Creces; a reformulação da proposta curricular do Curso de Formação de Professores, aprovados por unanimidade pelo Conselho Estadual de Educação; os Centros de Estudo Supletivo; os colégios agrícolas; o Colégio de Pesca; Projeto de Educação Ambiental; Projeto Ida às Urnas, voltado para participação mais consciente do aluno-eleitor; a revitalização da Educação Especial; os seminários realizados em inúmeros pólos etc.

Infelizmente, não dá para confrontar o aspecto externo de um Ciep com as propostas internas de todas as escolas — estas não são visíveis de imediato, mas serão sempre visíveis e participantes no mediato processo que queremos, de transformação social.

Fátima Cunha Ferreira Pinto é Secretária de Estado de Educação do Estado do Rio de Janeiro.